

Ibre prevê instabilidade saneamento econômico

27 JUL 1984

Economia Brasil

Rio — A Carta do Ibre, publicação do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, diz que a demora do governo em realizar um saneamento financeiro, incluindo mudanças na correção monetária, "começa a pôr em risco os ganhos obtidos pela reforma da produção e do consumo". Para os economistas do Ibre, a atual instabilidade financeira "será muito possivelmente intensificada no segundo semestre".

O documento, que circula na próxima edição da revista *Conjuntura Econômica*, assinala que, após 1982, quando cessou o fluxo de empréstimos externos e a inflação disparou, tornaram-se necessárias medidas energéticas de duas naturezas: a transformação das estruturas de produção e consumo da economia e o combate à inflação mediante saneamento financeiro e aperfeiçoamento da estrutura monetária e fiscal. Segundo os economistas, a primeira reforma foi feita pela maxidesvalorização do cruzeiro e a segunda não se realizou, ameaçando comprometer os resultados já obtidos.

O documento explica que, diante de um choque estrutural sobre o balanço de pagamentos, toda economia passa por três fases: a de "desarrumação", a de crise aguda e a de ajustamento. "Tudo indica — diz o documento, após analisar as principais características de cada fase — que o Brasil esteja atualmente em vistas de ingressar nesta última fase de ajustamento". Esta é marcada pela possibilidade de crescimento econômico dentro de um novo padrão, "dado pela ampliação do setor exportador, pela retomada do fluxo externo de poupança e pelo recurso ampliado à poupança interna, desde que a inflação esteja em queda ou contida em níveis aceitáveis".

"Hoje em dia — acrescenta — não são muitos os fatores institucionais e de política econômica agindo no sentido de reduzir as taxas de inflação. Entretanto, a grande maioria das pessoas pensa que a política de combate às causas da inflação tem sido rígida. Daí porque alguns analistas mais afoitos começam a pregar o fim das restrições fiscais e monetárias e

a conciliação entre o crescimento econômico e a inflação ainda muito alta".

E destaca que a política monetária recente tem sido marcada por fatores paradoxais como a tendência fortemente contracionista de suas contas tradicionalmente expansivas — agriculturas e Tesouro Nacional. E "as operações com títulos públicos federais passaram a injetar recursos no sistema", fazendo com que a dívida pública federal nas mãos do público crescesse acima da inflação — 246,6% em 12 meses. Soma-se a isso o impacto de Cr\$ 2,77 trilhões de "operações especiais" do Banco do Brasil, inclusive a cobertura para débitos externos (aviso GB-588 e MF-30) e dos débitos do Iapar — operações que refletem claras injunções políticas". A estes fatores se adicionam, segundo a Carta, "a rigidez criada pelo sistema abrangente de indexação de preços e salários", as expectativas dos agentes econômicos abalados em sua confiança e os choques de ofertade produtos agrícolas. Além disso, "a instabilidade financeira será muito possivelmente intensificada no segundo semestre, entre outros motivos, pela acumulação de reservas cambiais, a queda na prática da taxa média de recolhimento compulsório dos bancos, os socorros aos diversos segmentos financeiros em dificuldades, as revisões no crédito de custeio para a próxima safra, os vencimentos acumulados na dívida pública e a redução do superávit fiscal.

Diz a Carta do Ibre: "O afrouxamento da política monetária poderá resultar em certo alívio à produção e aos empregos", mas "a fatura acabará por ser cobrada mais adiante pelo aumento das pressões inflacionárias".

"A retomada do crescimento também depende do saneamento financeiro que começa pelo efetivo controle da moeda, passando pela revisão da estrutura tributária e, finalmente, pela alteração do esquema atual de correção monetária das dívidas. Sem o saneamento financeiro, a queda da inflação não ocorrerá", diz a Carta.